

Zimbra

joyce.maziero@turismo.es.gov.br

**Pregão Eletrônico nº 90005/2025 – Encaminhamento de Impugnação ao Edital (art. 164 – Lei 14.133/2021)**

**De :** eficaz pesquisa <eficazpesquisa@gmail.com>      qua., 17 de dez. de 2025 19:13  
**Assunto :** Pregão Eletrônico nº 90005/2025 – Encaminhamento de Impugnação ao Edital (art. 164 – Lei 14.133/2021)      3 anexos  
**Para :** Comissão Permanente de Licitação <cpl@turismo.es.gov.br>

Prezado(a) Senhor(a) Pregoeiro(a),

A **EFICAZ PESQUISA & TECNOLOGIA**, inscrita no CNPJ nº **38.346.323/0001-04**, vem, por meio deste e-mail, **encaminhar a minuta de IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** referente ao **Pregão Eletrônico nº 90005/2025**, promovido por essa Secretaria de Estado do Turismo, nos termos do **art. 164 da Lei nº 14.133/2021**.

A impugnação trata, especificamente, de **exigência de qualificação técnica prevista no Anexo II (Termo de Referência)**, a qual entendemos configurar **restrição indevida à competitividade**, em desacordo com a legislação vigente e com a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União e do Poder Judiciário.

Ressaltamos que o pedido é **tempestivo**, protocolado dentro do prazo legal, e tem por objetivo contribuir para o aprimoramento do certame, garantindo a ampla concorrência e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

**Solicitamos, por gentileza, a confirmação expressa do recebimento deste e-mail e de seus anexos**, bem como a posterior comunicação da decisão administrativa acerca da impugnação apresentada, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

Atenciosamente,

**Igor Olavo Ramos Tavares**

*Representante Legal – EFICAZ PESQUISA E TECNOLOGIA*

*CNPJ: 38.346.323/0001-04*

*Rua Rio Unini, nº 30, Conj. João Bosco II – São José Operário*

*Manaus/AM – CEP 69085-550*

☎ (92) 99199-3889 / (92) 99141-4341

✉ [eficazpesquisa@gmail.com](mailto:eficazpesquisa@gmail.com)



**Minuta de Impugnação ao Edital.pdf**

430 KB



**Minuta de Impugnação ao Edital (1).pdf**

1 MB



## **Minuta de Impugnação ao Edital**

### **ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DO ESPÍRITO SANTO (SETUR/ES)**

Ref.: Pregão Eletrônico nº 90005/2025. Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de pesquisa de demanda turística no Estado do Espírito Santo.

IGOR OLAVO RAMOS TAVARES, nome fantasia EFICAZ PESQUISA E TECNOLOGIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 38.346.323/0001-04, com sede na RUA RIO UNINI 30 COJ. JOÃO BOSCO II, SÃO JOSÉ OPERÁRIO – MANAUS-AM, neste ato representada por seu administrador, proprietário e titular, Sr. IGOR OLAVO RAMOS TAVARES, portador do CPF nº 018.115.082-43, vem, com o devido acato e respeito, perante Vossa Senhoria, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais disposições aplicáveis, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** em face do instrumento convocatório em referência, o que faz pelas razões de fato e de direito a seguir articuladas.

---

#### **I. DA TEMPESTIVIDADE**

Conforme estabelece o *art. 164 da Lei nº 14.133/2021*, bem como o item 11.1 do edital, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o ato convocatório por irregularidade na aplicação da legislação de regência, desde que o faça em até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Considerando que a sessão pública está agendada para 06 de janeiro 2026; às 10h, a presente impugnação, protocolada nesta data, é manifestamente tempestiva, devendo ser conhecida e processada.



## **II. DO MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO – A CLÁUSULA RESTRITIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

O edital do Pregão Eletrônico em epígrafe, em seu Anexo II (Termo de Referência), item 3.2.1.2, que trata da Qualificação Técnica, impõe uma exigência que se revela um obstáculo injustificado e desproporcional à ampla competitividade. Diz o texto:

*"...Atestado de Capacidade Técnica deverá demonstrar que a licitante executou, sem restrições, serviços de pesquisa com, no mínimo, 50% da amostra de questionários referente à parcela da pesquisa da temporada de verão, aplicados, simultaneamente, em mais de um município. Ou seja, o mínimo necessário será de 1.155 (um mil cento e cinquenta e cinco) entrevistas aplicadas de forma simultânea em mais de um município."*

A Impugnante reconhece a discricionariedade da Administração para estabelecer os requisitos de habilitação que garantam a segura execução do contrato. Contudo, tal prerrogativa não é absoluta, encontrando limites nos princípios constitucionais e legais que regem a licitação, notadamente os da isonomia, da competitividade, da razoabilidade e da busca pela proposta mais vantajosa.

A exigência em tela, ao cumular um quantitativo elevado com a condição de "simultaneidade" em múltiplos municípios, extrapola o estritamente necessário para aferir a capacidade técnica das licitantes, configurando-se como cláusula manifestamente restritiva e direcionadora.

### **II.1. A Violação Direta à Lei nº 14.133/2021**

A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos é cristalina ao vedar exigências que frustrem o caráter competitivo do certame. O *art. 5º da Lei nº 14.133/2021* elege a competitividade como um de seus princípios basilares. De forma mais específica, o *art. 67* da mesma lei, ao tratar da documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, estabelece:

*Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a: I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de*



*obra ou serviço de características semelhantes, para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional; II - certidões ou atestados, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, que comprovem a capacidade técnico-operacional, conforme o caso, com indicação do desempenho anterior em contratos com objetos similares, com as seguintes informações, entre outras: (...) § 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação. § 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas as limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.*

A regra editalícia, ao impor a condição de execução "simultânea" em "mais de um município", cria uma limitação de "locais específicos" e de modo de execução que a própria lei busca coibir. A capacidade de uma empresa para realizar 1.155 entrevistas não depende de tê-las feito simultaneamente em dois ou mais municípios específicos, mas sim de sua estrutura, logística e metodologia, que podem ser perfeitamente aferidas por outros meios menos restritivos.

## **II.2. O Desvio de Finalidade: Aferição de Experiência Específica em Detrimento da Capacidade Técnica**

A finalidade da qualificação técnica é assegurar que a contratada possua a expertise necessária para cumprir o objeto, e não que ela já tenha executado um contrato com as mesmíssimas características. A exigência de simultaneidade não mede competência, mas sim um histórico particularíssimo, que poucas empresas deterão.

Isso direciona o certame, ainda que involuntariamente, para um universo diminuto de possíveis concorrentes, violando a isonomia e impedindo que a Administração Pública alcance a proposta mais vantajosa, que só é obtida por meio de uma competição ampla e acirrada.

## **II.3. O Entendimento Consolidado da Jurisprudência**

A jurisprudência dos Tribunais de Contas e do Poder Judiciário é pacífica no sentido de rechaçar exigências de qualificação técnica que se mostrem excessivas ou desarrazoadas.



O Tribunal de Contas da União (TCU), em reiteradas decisões, tem se posicionado contra cláusulas que restringem a competitividade. No Acórdão nº 1898/2023-Plenário, o TCU reafirmou que "a exigência de comprovante de qualificação técnica contendo quantitativos superiores a 50% do previsto para a execução, sem motivação específica, constitui restrição indevida à competitividade". Embora o percentual esteja formalmente atendido, a qualificação dessa exigência com a "simultaneidade" a torna, na prática, muito mais restritiva que o limite legal.

No mesmo sentido, o TJ/SC — Apelação 50716559720218240023, ao analisar caso análogo, citou expressamente a Lei 14.133/2021 e o entendimento do TCU para coibir exigências excessivas:

(TJSC, Apelação n. XXXXX-97.2021.8.24.0023, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Getulio Correa, Segunda Vice-Presidência, j. 02-10-2023).

(TJ-SC - Apelação: XXXXX-97.2021.8.24.0023, Relator: Getulio Correa, Data de Julgamento: 02/10/2023, Segunda Vice-Presidência)

A persistência de exigências excessivas pode acarretar redução da competitividade, "a lembrar da jurisprudência sedimentada desta Corte (v.g. Acórdão 1695/2011 - Plenário), confirmada no art. 67, § 2º da Lei 14.133/2021, recentemente aprovada, de que a dimensão máxima admitida nos atestados de qualificação técnico-operacional é de 50% da quantidade prevista na contratação, o que reitera a impressão inicial de que a exigência em discussão é excessiva" (TCU, Acórdão 2144/2022 - Plenário).

Ademais, o TJ/PR - 74653720238160033 Pinhais fixou a tese de que "Critérios de pontuação técnica que supervalorizam experiência do licitante além daquela exigida pelo objeto da licitação ensejam restrição indevida à competitividade e afrontam os princípios da isonomia e da ampla concorrência". A exigência de "simultaneidade" é um claro exemplo de supervalorização de uma característica específica em detrimento da capacidade geral.



Por fim, o **TJ/AC - Remessa Necessária Cível 7011934820248010912 Rio Branco** anulou um certame por exigência de qualificação técnica desproporcional, firmando a tese de que "A ausência de resposta à impugnação tempestiva ao edital de licitação, somada à existência de cláusulas restritivas à competitividade sem justificativa técnica plausível, acarreta a nulidade do certame".

**REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL. AUSÊNCIA DE RESPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO. OMISSÃO ILEGAL. EXIGÊNCIA RESTRITIVA À COMPETITIVIDADE. NULIDADE DO CERTAME. SENTENÇA MANTIDA.** I. Caso em exame 1. Trata-se de remessa necessária de sentença que, em mandado de segurança, concedeu a ordem para declarar a ilegalidade do Pregão Eletrônico n.º 101/2024. 2. A empresa impetrante alegou ter apresentado impugnação tempestiva contra exigência do edital que considerou restritiva à competitividade (necessidade de mais de um profissional certificado pelo fabricante), mas a Administração Pública não respondeu e deu prosseguimento ao certame. 3. A sentença reexaminada julgou procedente o pedido, declarando a ilegalidade do ato convocatório com base na ausência de motivação para a exigência e, principalmente, na omissão ilegal em responder à impugnação. II. Questão em discussão 4. Legalidade do procedimento licitatório em que a Administração Pública se mantém inerte e não responde à impugnação tempestivamente apresentada por licitante, prosseguindo com o certame. 5. Análise da abusividade de cláusula editalícia que, sem justificativa técnica plausível, impõe exigência de qualificação técnica que restringe o caráter competitivo do certame. III. Razões de decidir 6. A ausência de resposta à impugnação tempestiva ao edital configura omissão ilegal e violação direta ao devido processo legal administrativo (Lei Federal n.º 14.133/2021, art. 164). Conforme entendimento do STJ, a falta de resposta à impugnação administrativa constitui ilegalidade que justifica a suspensão do certame até a devida análise





(STJ, Segunda Turma, RMS n.º 58.933/MT). 7. A conduta da Administração Pública fere os princípios da publicidade, da motivação e do devido processo legal, tornando nulo o procedimento a partir do momento em que a resposta era devida. 8. A exigência de qualificação técnica desproporcional e não indispensável à garantia do cumprimento das obrigações viola o princípio da competitividade, previsto no art. 37, inc. XXI, da CF/1988. A jurisprudência pátria é firme no sentido de que exigências excessivas e não justificadas no edital conduzem à anulação do processo licitatório por restringirem a competitividade. IV. Dispositivo 9. Remessa necessária julgada improcedente, para manter integralmente a sentença que declarou a ilegalidade do Pregão Eletrônico n.º 101/2024. Tese de julgamento "A ausência de resposta à impugnação tempestiva ao edital de licitação, somada à existência de cláusulas restritivas à competitividade sem justificativa técnica plausível, acarreta a nulidade do certame por violação aos princípios do devido processo legal administrativo, da publicidade, da motivação e da isonomia".

(TJ-AC - Remessa Necessária Cível: XXXXX20248010912 Rio Branco, Relator: Des. Júnior Alberto, Data de Julgamento: 04/11/2025, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 07/11/2025)

Fica evidente, portanto, que a cláusula editalícia ora combatida não encontra amparo na lei nem na jurisprudência, devendo ser afastada para que se restabeleça a legalidade e a competitividade do processo licitatório.

---

### III. DO PEDIDO

Ante todo o exposto, e com o devido respeito ao poder-dever da Administração de conduzir seus processos licitatórios, a Impugnante requer que Vossa Senhoria se digne a:

a) **CONHECER E ACOLHER** integralmente a presente impugnação, por ser tempestiva e possuir robusta fundamentação fática e jurídica;





b) **DECLARAR A ILEGALIDADE** do item 3.2.1.2 do Anexo II do edital, em razão de seu caráter manifestamente restritivo à competitividade, violador dos arts. 5º e 67 da Lei nº 14.133/2021 e dos princípios da isonomia, razoabilidade e busca pela proposta mais vantajosa;

c) **DETERMINAR A IMEDIATA RETIFICAÇÃO** do instrumento convocatório, para o fim de excluir a exigência de que as entrevistas tenham sido aplicadas "de forma simultânea", mantendo-se apenas a comprovação do quantitativo mínimo de 1.155 entrevistas, o qual poderá ser atingido pelo somatório de diferentes atestados, conforme já faculta o item 3.3 do mesmo anexo;

d) Como pedido subsidiário, na remota hipótese de não acolhimento do pleito principal, que a exigência de simultaneidade seja drasticamente reduzida a um patamar que não inviabilize a participação de empresas qualificadas, garantindo-se a competitividade do certame;

e) Por conseguinte, que seja determinada a republicação do edital com as devidas alterações e a consequente reabertura integral do prazo para a formulação das propostas, em estrita observância ao que dispõe o *art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021*, assegurando que todos os potenciais interessados possam participar em igualdade de condições.

Nestes termos, Pede e espera deferimento.

Manaus, 17 de dezembro de 2025.

IGOR OLAVO RAMOS  
TAVARES:383463230  
00104

Assinado de forma digital por  
IGOR OLAVO RAMOS  
TAVARES:38346323000104  
Dados: 2025.12.17 17:47:38 -04'00'

**EFICAZ PESQUISA E TECNOLOGIA**  
**CNPJ: 38.346.323/0001-04**  
**Igor Olavo Ramos Tavares**  
**CPF: 018.115.082-43**  
**RG: 2680182-5 SSP/AM**



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) IGOR OLAVO RAMOS TAVARES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado)		
FILIAÇÃO IGNORADO		(mãe) JULIA RAMOS TAVARES	
NASCIDO EM (data de nascimento) 27/01/1995	IDENTIDADE (número) 2680182-5	Órgão Emissor SSP	UF AM
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 018.115.082-43	
		EMAIL EFICAZPESQUISA@GMAIL.COM	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA MANDALA			NÚMERO 32
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO NOVA CIDADE	CEP 69097418
MUNICÍPIO MANAUS			UF AM
Declaro que a atividade se <input checked="" type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA <input type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado do Amazonas:			
ATO 080	DESCRIÇÃO DO ATO INSCRICAO	EVENTO 315	DESCRIÇÃO DO EVENTO ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL IGOR OLAVO RAMOS TAVARES			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA ROSA REZENDE			NÚMERO 840
COMPLEMENTO B		BAIRRO / DISTRITO MORRO DA LIBERDADE	CEP 69074730
MUNICÍPIO MANAUS	UF AM	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) EFICAZPESQUISA@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 50.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) CINQUENTA MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 7320300 Atividades secundárias 6311900 6391700 6204000 6201502 7319004	DESCRIÇÃO DO OBJETO SERVICOS DE: PESQUISAS DE MERCADO E DE OPINIAO PUBLICA, WEB DESIGN, CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO, TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVICOS DE APLICACAO E SERVICOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET, AGENCIA DE NOTICIAS, AGENCIA DE PUBLICIDADE, AGENCIAMENTO DE ESPACOS PARA PUBLICIDADE, EXCETO EM VEICULO DE COMUNICACAO, CONSULTORIA EM PUBLICIDADE		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 02/09/2020	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF AM
USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 2 - NÃO			
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)			
DATA DA ASSINATURA 02/09/2020	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO  AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	





NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) IGOR OLAVO RAMOS TAVARES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado)		
FILIAÇÃO IGNORADO		(mãe) JULIA RAMOS TAVARES	
NASCIDO EM (data de nascimento) 27/01/1995	IDENTIDADE (número) 2680182-5	Órgão Emissor SSP	UF AM
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 018.115.082-43	
		EMAIL EFICAZPESQUIA@GMAIL.COM	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA MANDALA			NÚMERO 32
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO NOVA CIDADE		CEP 69097418
MUNICÍPIO MANAUS			UF AM
Declaro que a atividade se <input checked="" type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA <input type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado do Amazonas:			
ATO 080	DESCRIÇÃO DO ATO INSCRICAO	EVENTO 315	DESCRIÇÃO DO EVENTO ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL IGOR OLAVO RAMOS TAVARES			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA ROSA REZENDE			NÚMERO 840
COMPLEMENTO B	BAIRRO / DISTRITO MORRO DA LIBERDADE		CEP 69074730
MUNICÍPIO MANAUS	UF AM	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) EFICAZPESQUIA@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 50.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) CINQUENTA MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 7320300 Atividades secundárias 7312200 7311400	DESCRIÇÃO DO OBJETO		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 02/09/2020	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO	
DATA DA ASSINATURA 02/09/2020	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO  AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: AMP2000222250



AM30927848



Junta Comercial do Estado do Amazonas

Certifico registro sob o nº 13101617047 em 04/09/2020 da Empresa IGOR OLAVO RAMOS TAVARES, Nire 13101617047 e protocolo 200385275 - 04/09/2020. Autenticação: 9196353F85BC87641E3865C42647D62D3511DFE0. Lylcia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucea.am.gov.br> e informe nº do protocolo 20/038.527-5 e o código de segurança DkRC Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/09/2020 por Lylcia Fabíola Santos de Andrade Secretário-Geral.



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

## Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/038.527-5	AMP2000222250	04/09/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
018.115.082-43	IGOR OLAVO RAMOS TAVARES

Junta Comercial do Estado do Amazonas



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado do Amazonas

Certifico registro sob o nº 13101617047 em 04/09/2020 da Empresa IGOR OLAVO RAMOS TAVARES, Nire 13101617047 e protocolo 200385275 - 04/09/2020. Autenticação: 9196353F85BC87641E3865C42647D62D3511DFE0. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucea.am.gov.br> e informe nº do protocolo 20/038.527-5 e o código de segurança DkRC Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/09/2020 por Lycia Fabíola Santos de Andrade Secretário-Geral.

LYCIA FABIOLA SANTOS DE ANDRADE  
SECRETARIA GERAL

pág. 5/7



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>38.346.323/0001-04</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>04/09/2020</b>
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL <b>IGOR OLAVO RAMOS TAVARES</b>
---

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>EFICAZ PESQUISAS &amp; TECNOLOGIA</b>	PORTE <b>ME</b>
--	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública</b>
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>62.01-5-02 - Web design</b> <b>62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação</b> <b>63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet</b> <b>63.91-7-00 - Agências de notícias</b> <b>73.11-4-00 - Agências de publicidade</b> <b>73.12-2-00 - Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação</b> <b>73.19-0-04 - Consultoria em publicidade</b>
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>213-5 - Empresário (Individual)</b>
---

LOGRADOURO <b>R RIO UNINI</b>	NÚMERO <b>30</b>	COMPLEMENTO <b>QD C C J JOAO BOSCO</b>
----------------------------------	---------------------	---

CEP <b>69.085-550</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>SAO JOSE OPERARIO</b>	MUNICÍPIO <b>MANAUS</b>	UF <b>AM</b>
--------------------------	---	----------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>EFICAZPESQUISA@GMAIL.COM</b>	TELEFONE <b>(92) 9199-3889</b>
--	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>04/09/2020</b>
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.








Emitido no dia **14/07/2022** às **11:27:46** (data e hora de Brasília).








Página: 1/1

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO			
<b>CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN</b>					
2 <sup>a</sup> 1 <sup>a</sup> NOME E SOBRENOME <b>IGOR OLAVO RAMOS TAVARES</b>			1 <sup>a</sup> HABILITAÇÃO <b>12/09/2023</b>		
3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO <b>27/01/1995, MANAUS, AM</b>					
4a DATA EMISSÃO <b>16/10/2024</b>		4b VALIDADE <b>18/08/2031</b>		ACC  <b>D</b>	
4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF <b>26801825 SSP AM</b>					
4d CPE <b>018.115.082-43</b>		5 1º REGISTRO <b>08292745495</b>		3 CAT HAB <b>B</b>	
NACIONALIDADE <b>BRASILEIRO(A)</b>					
FILIAÇÃO <b>JULIA RAMOS TAVARES</b>					
7 ASSINATURA DO PORTADOR 					

2882546040

# AMAZONAS

	9	10	11	12
ACC				
A				
A1				
B			18/08/2031	
B1				
C				
C1				

	9	10	11	12
D				
D1				
BE				
CE				
C1E				
DE				
D1E				

12 OBSERVAÇÕES
\_\_\_\_

LOCAL
\_\_\_\_

ASSINADO DIGITALMENTE

---

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

18888316164

AM04451679

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name / Durname / Nombre y Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta - ACC - 4c. Documento de Identificação - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filiação - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA082927454<957<<<<<<<<<<  
9501278M3108181BRA<<<<<<<<<2  
IGOR<<OLAVO<RAMOS<TAVARES<<<<

**QR-CODE**



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

**SERPRO / SENATRAN**



**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 19/12/2025 12:24:03 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por JOYCE MARTINS MAZIERO (SUPLENTE (COMISSAO DE ATIVIDADES DE LICITACAO - SETUR) - SETUR - SETUR - GOVES)  
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-8SQSKX>